



Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

Relatório de Votação na Especialidade

Proposta de Lei n.º 254/XII/4.ª (GOV) – Aprova o Orçamento do Estado para 2015.



Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

ÍNDICE

<u>1.</u>	<u>INTRODUÇÃO.....</u>	<u>3</u>
<u>2.</u>	<u>RECOLHA DE CONTRIBUTOS</u>	<u>4</u>
<u>3.</u>	<u>AUDIÇÕES E AUDIÊNCIAS.....</u>	<u>5</u>
<u>4.</u>	<u>VOTAÇÃO NA ESPECIALIDADE</u>	<u>7</u>

1. INTRODUÇÃO

A Proposta de Lei n.º 254/XII/4.^a (GOV) – *Aprova o Orçamento do Estado para 2015*, votada e aprovada, na generalidade, em sessão plenária ocorrida a de 31 de outubro de 2014, baixou à Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública (COFAP) nesse mesmo dia, para apreciação e votação na especialidade.

Em cumprimento do disposto no n.º 5 do artigo 12.º-F da Lei de Enquadramento Orçamental (Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 41/2014, de 10 de julho), bem como do artigo 211.º do Regimento da Assembleia da República, a Proposta de Lei foi discutida em Plenário e votada em Comissão, em sede de especialidade.

Nos termos do estatuído no n.º 4 do artigo 168.º da Constituição da República Portuguesa, não se verificou a necessidade de proceder à remessa para Plenário de artigos da proposta de lei e propostas de alteração sobre eles incidentes, para efeitos da respetiva votação na especialidade, procedendo-se tão somente à remessa das propostas de alteração n.ºs 69C, 288C, 440C, 448C, 525C e 548C, de aditamento de novos artigos à proposta de lei, por deliberação da Comissão.

O processo de apreciação e votação na especialidade da proposta de lei suprarreferida, em sede da Comissão, decorre de modo desmaterializado, com recurso à aplicação informática desenvolvida para esse efeito, da qual constam o articulado e mapas da proposta de lei, a legislação nela citada referente a diplomas a alterar, bem como as propostas de alteração apresentadas.

Deste modo, as propostas de alteração apresentadas pelos Senhores Deputados foram submetidas eletronicamente, tendo o seu registo, tratamento e ordenação para efeito de elaboração dos guiões de votações e dossiês de acompanhamento sido, igualmente, efetuado eletronicamente. A aplicação foi atualizada, em tempo real, com a informação relativa aos desenvolvimentos da votação na especialidade, guiões de votação (de articulado e mapas) e dossiês de acompanhamento e, naturalmente, os respetivos resultados das votações efetuadas. De igual modo, a substituição de propostas e a retirada das mesmas passou a ser efetuada com recursos à aplicação informática.

Através de uma página internet específica referente ao Orçamento do Estado para 2015, a Comissão disponibilizou toda a informação do processo orçamental, vários documentos de trabalho, os pareceres das Comissões parlamentares permanentes e o relatório final da COFAP, os pareceres emitidos por diversas entidades externas, bem como os documentos setoriais remetidos pelo Governo para efeitos das audições em sede de especialidade, no decorrer da apreciação da iniciativa. Foram, também, disponibilizados os guiões de votações e dossiês de acompanhamento.

2. RECOLHA DE CONTRIBUTOS

Nos termos legais e regimentais previstos, a Comissão solicitou a pronúncia da Associação Nacional de Municípios Portugueses, da Associação Nacional de Freguesias, do Conselho das Finanças Públicas e dos órgãos de Governo próprio das Regiões Autónomas. Relativamente às Regiões Autónomas, e nos termos estatuídos por lei, foram igualmente remetidas aos respetivos órgãos de Governo próprios, através da aplicação informática, todas as propostas de alteração incidentes sobre normas relativamente às quais os respetivos órgãos se tinham pronunciado, bem como sobre disposições da sua esfera de competências e/ou interesse.

A Comissão solicitou, igualmente, o parecer do Conselho Económico e Social e da Comissão Nacional de Proteção de Dados.

Para os efeitos previstos na Lei em matéria de trabalhos preparatórios de legislação laboral, a Comissão deliberou, adicionalmente, solicitar a publicação da proposta de lei para efeitos de apreciação pública da proposta de lei, que decorreu entre 17 de outubro e 6 de novembro e no âmbito da qual foram recebidos diversos contributos.

Todos os pareceres e contributos recebidos foram publicitados na página da Comissão.

3. AUDIÇÕES E AUDIÊNCIAS

No âmbito da apreciação na especialidade da proposta de lei, e em conjunto com as Comissões parlamentares competentes em razão da matéria, a COFAP realizou um conjunto de audições com os membros do Governo, nos termos do número 1 do artigo 211.º do Regimento da Assembleia da República:

Data	Entidades
2014-11-13	Ministra de Estado e das Finanças; Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento; Secretário de Estado das Finanças; Secretário de Estado da Administração Pública; Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais
2014-11-12	Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros; Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação; Secretário de Estado dos Assuntos Europeus; Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas
2014-11-12	Ministra da Justiça; Secretário de Estado da Justiça
2014-11-11	Secretário de Estado da Cultura
2014-11-11	Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares; Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade; Secretário de Estado do Desporto e Juventude
2014-11-10	Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social; Secretário de Estado da Solidariedade e da Segurança Social; Secretário de Estado do Emprego
2014-11-10	Ministro da Defesa Nacional; Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional
2014-11-07	Ministro da Agricultura e Mar; Secretário de Estado da Agricultura; Secretário de Estado do Mar; S.E da Alimentação e da Investigação Agroalimentar
2014-11-06	Ministro da Educação e Ciência; Secretário de Estado do Ensino Superior; Secretário de Estado da Ciência; Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar; Secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário
2014-11-06	Ministro da Economia; Secretário de Estado do Turismo;

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

	Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações; Secretário de Estado da Inovação, Investimento e Competitividade
2014-11-05	Ministro da Administração Interna; Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna Secretário de Estado da Administração Interna;
2014-11-04	Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional; Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional; Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional; Secretário de Estado para a Modernização Administrativa; Secretário de Estado da Administração Local
2014-11-04	Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia; Secretário de Estado do Ambiente; Secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza; Secretário de Estado da Energia
2014-11-03	Ministro da Saúde; Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde; Secretário de Estado da Saúde

Adicionalmente, a Comissão levou a cabo um conjunto de outras audições, no âmbito da apreciação da iniciativa:

Data	Entidades
2014-11-07	CES - Conselho Económico e Social
2014-11-06	Conselho das Finanças Públicas
2014-11-03	ANAFRE - Associação Nacional de Freguesias
2014-11-03	ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

A Comissão concedeu, também, audiências às entidades que o solicitaram:

Data	Entidades
2014-11-05	Associação Nacional de Transportadores Rodoviários de Pesados de Passageiros
2014-11-05	AEEP - Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo
2014-11-05	Fresenius Kabi Pharma Portugal
2014-10-30	JTI - Japan Tobacco International
2014-10-29	Comissão de Trabalhadores da Caixa Geral de Depósitos
2014-10-29	ESTA - European Smoking Tobacco Association

4. VOTAÇÃO NA ESPECIALIDADE

As votações na especialidade ocorreram nas reuniões da Comissão dos dias 20, 21 e 24 de novembro (nas tardes subsequentes à discussão na especialidade, em Plenário), tendo contado com a presença do Senhor Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento (20, 21 e 24 de novembro) e do Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais (24 de novembro).

Na votação do artigo 1.º e dos respetivos mapas anexos, a Comissão deliberou que esta abrangia, indiciariamente, as alterações (decorrentes de propostas de alteração aprovadas) do articulado e de mapas da proposta de lei, a serem formalmente integradas nos mapas correspondentes, com a devida fundamentação, para efeitos de fixação da redação final.

O registo de votações em Comissão é parte integrante deste relatório, sendo publicado na página internet da Comissão, conjuntamente com o relatório.



Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

No final de cada reunião de votações na especialidade, os Grupos Parlamentares procediam ao envio de requerimentos de avocação de artigos / propostas de alteração para votação em Plenário, tendo sido abrangidos os seguintes:

- Propostas 2C, 3C, 119C, 153C, 222C, 253C, 310C, 325C, 351C, 369C, 376C, 400C, 409C, 415C, 418C, 429C, 432C, 442C, 513C, 524C; 534C; 541C; 542C;
- Artigos 1.º, 239.º.

Assembleia da República, 25 de novembro de 2014.

O Presidente da Comissão

(Eduardo Cabrita)